

UM POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE A TEORIA DAS OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS E A AQUISIÇÃO: IDENTIDADE SEMÂNTICA E PRODUTIVIDADE DISCURSIVA

Márcia ROMERO*

- **RESUMO:** A partir de diálogos estabelecidos com o conceito de “função integrativa” da unidade linguística postulado por Émile Benveniste (1995) e com os conceitos de “noção” e “forma esquemática” postulados pela Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli (1990), sustentamos, neste artigo, que a identidade semântica da unidade linguística deve ser buscada no próprio desenrolar do processo enunciativo. Esses diálogos, ao estimularem uma ampla reflexão sobre o que vem a ser a matéria semântica da “palavra”, permitem, no abandono de toda estabilidade anterior à interação discursiva, avançar hipóteses sobre alguns dos temas que tanto interessam à aquisição de linguagem, em particular, à questão da produtividade da “palavra-frase” ou dos enunciados de um único termo que caracterizam os primeiros enunciados da criança. Permitem ainda mostrar, por meio da conceituação de “enunciado” como organização de “marcadores”, a criatividade enunciativa infantil relacionada à própria ausência de categorização gramatical prévia atribuída aos termos observados nas interações constitutivas da produção verbal da criança em seus primeiros enunciados.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Enunciação. Aquisição da linguagem. Identidade semântica.

Introdução

Em um dos capítulos da obra *Naissance et renaissance de l'écriture*, intitulado “L'écriture ne reproduit pas la parole”, Gérard Pommier (1993), voltando-se para as características próprias ao ato de escrever, observa, inicialmente, que as dificuldades específicas de aprendizagem da escrita estão longe de ser simplesmente explicadas por meio de dificuldades que seriam atribuídas ao domínio da fala, analogia, acrescente-se, há muito tempo refutada por diferentes campos de estudo que tomam por objeto a aquisição da escrita.

Para a discussão que pretendemos aqui desenvolver e que concerne, mais do que ao ato de escrever, ao ato de produção verbal em si na relação que se estabelece com o processo de significação, vale a pena retomar algumas importantes considerações feitas no desenrolar do capítulo mencionado que tratam de especificidades inerentes às letras e às palavras.

* UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Guarulhos – SP – Brasil. 0752-312 – marcia.romero@unifesp.br

Uma primeira consideração refere-se ao fato de o ato de ler ou de escrever não se fundamentar na letra que se visualiza, forma-se ou se traça, mas “nas palavras nas quais pensamos”:

Lorsque nous lisons ou lorsque nous écrivons, nous ne nous appuyons pas sur les lettres que nous formons, mais sur les mots auxquels nous pensons. Si nous lisons, nous reconnaissons dans un ensemble littéral un mot que nous avons déjà en notre possession. Mis dans le cas d'écrire spontanément, nous ne nous appuyons pas sur l'élément visuel, sauf pour former les mots étrangers, les noms propres et les vocables que nous n'avons appris qu'en lisant. (POMMIER, 1993, p.291).

A leitura se dá pelo reconhecimento, em um conjunto literal, de uma palavra então identificada, da mesma maneira que a escrita se dá, não pela atenção ao traçado que a constitui, mas pelo que se quer dizer. Uma tal oposição entre palavra e letra já se faz presente em Freud (1973), que, em seus estudos sobre a afasia, afirma que qualquer atenção conferida à imagem visual conduziria necessariamente à perda do sentido.

Dessa primeira consideração decorre uma segunda que nos importa discutir com maiores detalhes. Como questiona Pommier (1993), o que faz, afinal, com que as palavras possam ser lidas ou escritas se estes atos não ocorrem por meio de letras tomadas uma a uma? Como resposta a essa pergunta, apoiamo-nos, uma vez mais, em Freud (1973), que sustenta a necessidade de se distinguir a imagem visual da letra de sua imagem acústica; distinção que, no entanto, conduz a um paradoxo sem o qual não haveria nem leitura nem escrita.

Para compreender esse paradoxo, é necessário ter em mente que a letra, se é apreendida como representação gráfica de um som, é uma representação gráfica de um som intrinsecamente marcado pela abstração: o fonema.

Um fonema consiste em uma unidade sonora abstrata que, ao materializar-se em uma produção verbal, o faz graças a sua inserção em uma cadeia sonora não qualquer. Essa inserção em uma cadeia sonora faz com que um mesmo fonema ora se materialize de uma maneira semelhante, ora de maneiras diferentes, conforme os falares que o sustentam e as propriedades dos segmentos que lhe são adjacentes. O fonema (unidade sonora abstrata) é, portanto, apreendido por meio de fones (unidades sonoras que o materializam), os quais são concebidos graças aos vínculos estabelecidos no interior da cadeia e às características dos dialetos.

Para dar alguns exemplos, na palavra “pato”, a letra “p” remete ao fonema /p/, pronunciado por meio do fone [p] em diferentes falares; já na palavra “leite”, a letra “t” remete ao fonema /t/, pronunciado, por vários dialetos, ora como [tx] diante de [i] e suas variantes, ora como [t] (dental ou alveolar) nos demais ambientes.

Esse vínculo é, no entanto, constitutivo da própria definição de fonema, som de uma língua cujo valor é distintivo, pois serve para distinguir palavras. Voltando aos exemplos, as pronúncias [t] e [tx] da palavra “leite” remetem a fones de um mesmo fonema pelo fato de as diferentes sequências sonoras – que podem, inclusive, ser entendidas como palavras diferentes por um estrangeiro que não conhece a língua – não constituírem uma oposição distintiva, ou seja, pelo fato de as diferentes sequências sonoras evocarem uma única e só palavra.

Isso nos permite retomar a afirmação, nem sempre entendida de antemão, de que o vínculo entre as letras se faz graças a uma visibilidade que contradiz os sons. Ou, nas palavras de Pommier (1993, p.293), retomar a passagem em que se diz “*Le son d’une lettre peut se lier au son des autres lettres grâce à son image. Le lien au visuel sera donné par une image acoustique qu’elle ne contient en aucune manière; l’image sera vue par ce qui, chez elle, fait défaut [...]*”.

Com efeito, ao escrevermos, ao vincularmos uma letra à outra na escrita, damos origem a uma imagem acústica, a uma impressão psíquica do som, que decorre da palavra na qual o vínculo de uma letra a outra se dá. Se a imagem visual é do domínio da letra, a imagem acústica é, portanto, do domínio da palavra. Essa imagem acústica, ausente na letra, é o que faz o som da letra ser apreendido e, ao mesmo tempo, se perder... A sonoridade é apreendida porque o som da letra, representação gráfica de um fonema que esta letra é, não se lê. Sua leitura passa pela inserção da letra em uma palavra que lhe confere um som unicamente por via dessa inserção, melhor seria dizer, de uma palavra que dá corpo ao som que a constitui; paradoxalmente, essa inserção que lhe confere um som – ou que lhe dá corpo – é o que o retira, pois, uma vez no domínio da palavra, o que se percebe é o sentido, que apaga toda e qualquer atenção conferida à sonoridade em si.

Freud (1973), a esse respeito, tem um exemplo bastante esclarecedor. Na leitura de um texto em voz alta, se prestarmos atenção nas imagens visuais com o objetivo de corrigi-lo, em bem pouco tempo não conseguiremos mais entendê-lo. Ao lado desse, podemos nós mesmos citar outro, como o da escuta de uma palestra que se torna incompreensível se passarmos a reparar nos sotaques e nos cacoetes linguísticos de quem fala.

Se letra e palavra são entidades distintas, a imagem visual em sua relação com a imagem acústica – relação autorizada pela associação das letras entre si – não deixa de integrá-las. A leitura, em uma bonita analogia feita por Pommier (1993, p.293), escoá-se graças ao “[...] *refoulement successif de ce qui se voit et de ce qui s’entend, de sorte qu’un mot écrit ne se résume jamais à sa phonétique, et qu’il ne se réduit pas non plus à son image*”.

Dessas considerações iniciais direcionadas à relação entre letra/palavra e imagem visual/imagem acústica, passamos para uma reflexão que se propõe a

pensar no que vêm a ser as palavras nas quais se pensa durante o ato de ler ou de escrever, já que são estas – e não a letra que se visualiza, forma-se ou se traça – que os fundamentam; ou, mais amplamente abarcando toda produção verbal, no que vêm a ser as palavras que acreditamos ler, escrever, falar e escutar.

Tomamos consciência da importância dessa reflexão quando percebemos que, por ser o sentido tão presente na experiência cotidiana da linguagem, sequer pensamos em que consiste esse sentido frequentemente atribuído às palavras, sequer indagamos sobre o modo como ocorre. A ideia de que as palavras têm sentidos, de que trazem consigo o sentido – ideia com a qual se está acostumado – não é normalmente questionada, ainda que não se saiba exatamente qual seja esse sentido, nem se saiba explicá-lo, ou que esse sentido seja, por vezes, escorregadio – ora se quer dizer uma coisa, ora outra, quando não se quer dizer algo completamente novo.

Ocorre, no entanto, que a palavra na qual pensamos, durante o ato de produção ou compreensão, não surge isoladamente, encontra-se em enunciados. E, ao nos darmos conta disso, é como se passássemos de uma constatação à outra, sem efetivamente refletir sobre essa mudança de posicionamento: as palavras continuam a ter sentidos, mas estes agora dependem dos enunciados nos quais elas aparecem, mais precisamente, do meio textual que as cerca. Se assim for, a falta de indagações permanece, pois, sendo o próprio meio textual constituído de palavras, como seria capaz de delimitar sentidos? E os sentidos das palavras que constituem o meio textual, quem os delimitaria?

Serão essas as questões focalizadas neste artigo, a partir de um diálogo com o conceito de “função integrativa” da unidade linguística postulado por Emile Benveniste (1995), e, mais longamente, com os conceitos de “noção” e “forma esquemática” que sustentam a Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli (1990), referencial teórico no qual se insere nossa pesquisa. Esse diálogo permitir-nos-á avançar hipóteses sobre alguns dos temas que tanto interessam à aquisição de linguagem: de um lado, a produtividade e a criatividade infantil no que diz respeito ao léxico; de outro, a questão da “palavra-frase” ou dos enunciados de um único termo que caracterizam os primeiros enunciados da criança.

Signo-palavra e enunciado

Nossas considerações, desta vez, tomam como ponto de partida uma passagem extraída de “Os níveis de análise linguística”, de Emile Benveniste (1995). Deixando momentaneamente de lado a palavra, vejamos o que diz o autor ao afirmar que:

[...] Pelo fato de serem discretas, as entidades linguísticas admitem duas espécies de relação: entre elementos de mesmo nível ou entre elementos de níveis diferentes. Essas relações devem ser bem distinguidas. Entre os elementos de mesmo nível, as relações são *distribucionais*; entre elementos de nível diferente, são *integrativas*. Só estas últimas precisam ser comentadas.

Quando se decompõe uma unidade, obtêm-se não unidades de nível inferior, mas segmentos formais da unidade em questão. Se se reduz o fr. /om/ *homme*, “homem”, a [o] – [m], têm-se apenas dois segmentos. Nada nos garante, ainda, que [o] e [m] sejam unidades fonemáticas. Para ter certeza, será preciso recorrer a /ot/ *hotte*, “cesto”, /os/ *os*, “osso”, de um lado, e a /Om/ *heume*, “elmo”, /ym/ *hume*, “chupa”. Eis aí duas operações complementares de sentido oposto. Um signo é materialmente função dos seus elementos constitutivos, mas o único meio de definir esses elementos como constitutivos consiste em identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função *integrativa*. Uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como ‘parte integrante’ da unidade de nível superior, do qual se torna o integrante. (BENVENISTE, 1995, p.133, grifo do autor).

Essa longa passagem, aqui reproduzida por sua importância para o exposto a seguir, evidencia que uma unidade como /s/ adquire o estatuto de fonema por se inserir em “sala” /-ala/, que a integra; uma unidade como “sala”, por sua vez, adquire o estatuto de signo por se inserir em “sala de jantar” ou de “Vamos para a sala?”, que a integram.

Além de ir ao encontro do que foi dito acima sobre o estatuto do fonema, tais afirmações trazem consequências fundamentais para a concepção de signo linguístico ao permitir, no abandono de um signo dotado de sentidos intrínsecos, recuperar um signo maleável, aberto às imprecisões, oscilações e mudanças de sentido inerentes à natureza viva da língua.

O fato de o signo não poder ser constituinte se não for integrante, mais precisamente, de o reconhecimento do signo passar necessariamente por sua integração em unidades mais altas “enformadas de significação” (BENVENISTE, 1995, p.135) – os enunciados¹ –, retrata a estreita coesão entre signos e enunciados em uma articulação dialética entre interior/exterior. Assim, percebe-se que, se o processo de inserção dos signos nos enunciados coloca o enunciado em uma

¹ Benveniste (1995, p.139) emprega em seu texto o termo “frase”. No entanto, o emprego que dele é feito o aproxima do conceito de “enunciado”: “A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cujo universo é o discurso”. Fizemos a opção, neste trabalho, pelo termo “enunciado” para, de um lado, evitarmos confusões com o conceito de “frase” das teorias de natureza sintática, de outro, mostrar em que momento se dá a continuidade entre Benveniste (1995) e Culioli (1990), autor discutido na sequência do texto (DE VOGÜÉ, 1992), em particular, “Au départ de la séparation entre sémantique et sémiotique: *Les niveaux de l'analyse linguistique*”).

posição de exterioridade em relação aos signos, esse mesmo processo, ao permitir aos signos significarem, faz com que os signos “contenham”, “englobem” os enunciados, os contextos verbais nos quais se inserem.

A imagem de uma “reversão”, metáfora empregada por De Vogüé e Paillard (1997), ilustram precisamente a tese de o signo conter e não conter seu exterior – o enunciado, e que, por ser a condição de “integrado” o que lhe confere o estatuto de signo, a tese de um signo só ser signo se for também, circunstancialmente, palavra, conceito decorrente da inserção do signo no enunciado.

Retomando o que vem a ser o sentido, este seria do domínio da palavra, do “signo contextualizado”. Esse sentido entendido como “conteúdo” – ausente, portanto, no signo – é o que faz o signo, ao mesmo tempo, ser apreendido e se perder... A significação é apreendida porque a “matéria semântica” do signo (seu significado?) não se lê, não se escuta, nem se diz (tal como o fonema, essa matéria semântica é pura abstração), e sua compreensão e dizer passam pela inserção do signo em um enunciado que lhe confere um sentido unicamente por via dessa inserção, melhor seria dizer, de um enunciado que dá corpo à matéria semântica do signo sob a forma de “sentidos”. Paradoxalmente, essa inserção que confere um sentido ao signo é o que renega a sua identidade semântica, pois, uma vez no domínio do enunciado, o que se percebe é a palavra, que apaga toda e qualquer atenção conferida à matéria semântica em si.

Desta vez, se signo e palavra (signo contextualizado) são entidades distintas, o enunciado, ao ser, ao mesmo tempo, constituído de signos e responsável por estabilizá-los do ponto de vista semântico, não deixa de integrá-las.

O fato de o sentido ser determinado pelo material verbal faz com que uma unidade linguística só adquira valores semânticos – “sentidos”, para empregar o termo corrente – quando contextualizada. Considerando os inúmeros sentidos de unidade linguística (sua polissemia), eles nada mais são do que o término do processo de significação, posto que cada um resulta de interações da unidade com o contexto verbal. Essa concepção de polissemia não admite, portanto, caracterizar a unidade linguística por meio da redução de seus sentidos a um conteúdo inerente à própria unidade, visto serem estes sentidos necessariamente circunstanciais.

Essas considerações conduzem a buscar a identidade semântica da unidade linguística no próprio desenrolar do processo enunciativo, na interação que se verifica entre a unidade e seu(s) contexto(s), e tal é a posição por nós assumida, no âmbito da Teoria das Operações Enunciativas, pela *teoria da construção das ocorrências* (FRANCKEL, 2002), que será apresentada a seguir.

Ao refutarmos qualquer tipo de conteúdo inerente, postulamos, conseqüentemente, uma unidade linguística cujo âmagô é de natureza variável

e definido pelo papel específico que desempenha nas interações das quais participa.

De um “conteúdo” intrínseco à unidade, de sentidos apreendidos como algo que lhe é próprio ou de base, passa-se, assim, ao “anticonteudismo”, a uma identidade semântica dinâmica, apreendida como um “potencial significante”. Esse conceito responde não só por efeitos semânticos verificados, por sentidos atribuídos a uma unidade linguística quando contextualizada, mas também por sentidos que, um dia, existiram ou talvez possam vir a existir. Por fim, as caracterizações de uma unidade linguística em termos de potencial significante não dizem, descrevem; elas procuram fazer compreender o movimento que se encontra por trás das “palavras”, dos ditos, a dinâmica que os faz funcionar.

Toda produção linguística recalca, assim, inúmeras outras possibilidades enunciativas inscritas no âmbito da organização interna da língua e manifestada pela própria natureza semântica das formas linguísticas. O retorno permanente dessas possibilidades sustenta todo e qualquer dito, e não teria como ser diferente, pois a matéria semântica do signo, presente no fundamento de cada palavra, recupera incessantemente “sentidos” relacionados à memória da língua. Em outras palavras, o signo, fundamentado em uma concepção para a qual o “estável” nada mais é do que o resultado de uma interação, tende constantemente a apontar para um outro que se encontra constitutivamente em cada forma da língua. Esse “outro” instaura um jogo permanente existente entre o “dizer” – a materialidade textual, o enunciado, os ditos – e o “querer dizer” que essa materialidade textual não só evoca, mas estabelece (não existe “querer dizer” anterior à concretização em um “dizer”).

Tal jogo evidencia uma particularidade da atividade de linguagem, a saber, o fato de o “dizer” conter indícios do “querer dizer”, indícios que permitem tentar reconstituí-lo, mas jamais apreendê-lo por completo: o “querer dizer” é indizível. Não apresentando o “dizer” relação unívoca com o “querer dizer”, existe sempre um distanciamento, existem perdas, derivas, ditos que se sobrepõem ao próprio dito, retomadas a serem feitas, explicações a serem dadas, silêncios e vazios que se manifestam em todo ato de linguagem.

Na continuidade do trabalho, discorreremos sobre a questão da “identidade semântica dinâmica” – e sobre os conceitos de *noção*, *ocorrência* e *forma esquemática* que lhe são associados – por meio da análise do funcionamento do verbo “quebrar” no português brasileiro. Essa análise, além de permitir uma compreensão aplicada dos conceitos, pelos resultados trazidos e as discussões desencadeadas, propicia um outro olhar sobre o que vem a ser a criatividade e a produtividade na linguagem infantil.

Sobre o “potencial significativo”: o conceito de forma esquemática

Conceber uma unidade linguística por meio do potencial significativo que sinaliza o papel específico por ela desempenhado nas interações enunciativas pode ser um prazeroso exercício de descoberta da própria materialidade linguística.

Esse potencial significativo, nos desenvolvimentos recentes da Teoria das Operações Enunciativas observados no âmbito do programa de pesquisa conduzido por Franckel (2002), De Vogüé e Paillard (1997) e Camus e De Vogüé (2004), é denominado “forma esquemática”, forma invariante elaborada a partir das manipulações nas quais se verificam, de um lado, as contextualizações desencadeadas pela unidade e o modo como a unidade as trabalha; de outro, em um movimento recíproco, o modo como essas contextualizações trabalham a própria unidade. É o funcionamento, o modo de interação da unidade linguística que é representado por esse conceito, cuja constituição é semelhante a de um cenário abstrato (DE VOGÜÉ; PAILLARD, 1997) que diz – e logo, afeta – os elementos necessários para seu funcionamento, para a sua *mise en scène*, e, ao mesmo tempo, ajusta-se às propriedades específicas de cada elemento convocado, resultando em reconstruções variáveis de sua encenação. Como bem resume Franckel (2002, p. 9-10, grifo do autor):

[...] l'identité d'une unité se définit non par quelque sens de base, mais par le rôle spécifique qu'elle joue dans les interactions constitutives du sens des énoncés dans lesquels elle est mise en jeu. Ce rôle est appréhendable non pas comme un sens propre de l'unité, mais à travers la variation du résultat de ces interactions. [...] La valeur brute d'une unité est toujours une valeur abstraite, une épure, pas une désignation, un potentiel et non pas un contenu.”

Para melhor compreender esse conceito, tomemos o exemplo do verbo “quebrar” no português brasileiro (PB), cujas acepções proliferam nos dicionários: *reduzir(-se) a pedaços, fragmentar(-se), romper(-se), enfraquecer, infringir, partir(-se), acabar, interromper, enguiçar, anular, entrar em falência* etc. Deixar de lado essas acepções e olhar para os próprios contextos verbais nos quais o verbo se insere de modo a apreender as propriedades dos termos que o cercam é um grande passo para entender qual é o seu papel na dinâmica enunciativa. É também um grande passo para que se perceba que o verbo “quebrar” não se reduz a nenhuma categoria à qual tendemos a associá-lo. Se pensarmos que, no português brasileiro, a primeira das categorizações nas quais se inclui o verbo é a que o associa a um objeto que se despedaça, isso significa refletir sobre o porquê de “quebrar” representar muito mais do que um objeto em pedaços.

Em análises que antecedem a aqui descrita², mostramos que o verbo “quebrar”, nas construções sintáticas “X quebrou”, “X se quebrou” e “X foi quebrado(a)”, não só restringe os termos passíveis de substituir X, como lhes confere uma apreensão diferente conforme a presença ou não da forma “se”³. Mostramos ainda que “X se quebrou” ou “X foi quebrado(a)” nem sempre aceitam o mesmo termo em posição de X⁴.

A busca por um X capaz de estabilizar semanticamente o verbo sem o acréscimo de nenhum outro termo à construção de base⁵ mostra facilmente que, nas construções estabilizadas, o conjunto de verbos que se aproxima semanticamente de “quebrar” varia sensivelmente, passando por diferentes acepções para uma mesma construção, caso do exemplo “João quebrou”, em que “quebrar” se aproxima ora de “falir”, ora de “ficar exausto”, ou mesmo de “ficar em pedaços” – esta última associada a uma interpretação do termo “João” como um brinquedo –, e que essas acepções estão relacionadas a contextualizações recorrentes e não a quaisquer desencadeadas pela própria construção. Em outras palavras, se essa busca aponta para a extensa polissemia do verbo, ela, mais do que evidenciar que uma determinada sequência, ainda não estabilizada semanticamente, só se torna interpretável dada a sua inserção em um contexto verbal, faz com que se perceba que esse contexto que a estabiliza é, por fim, por ela mesma desencadeado, uma vez que o leque de contextos com ela compatível não é qualquer.

Para esta análise, selecionamos especificamente a construção transitiva em sua forma “quebrar X”, pelo fato de ser a que propicia um maior número de exemplos e de acepções atribuídas ao verbo. Sem nos prendermos às acepções observadas em contexto, buscamos fornecer uma descrição da função do verbo na construção do processo de significação a partir do levantamento das propriedades associadas aos termos que substituem X.

Consideremos as seguintes construções e as possíveis acepções que lhe são atribuídas, entre outras abaixo mencionadas: *Quebrar a promessa, o protocolo* (descumprir, desrespeitar), *quebrar o contrato* (desfazer), *quebrar a hierarquia*

² Confira Romero-Lopes (2009) e Romero (2010).

³ Ver, por exemplo, “O gelo quebrou” e “O gelo se quebrou”, casos em que “o gelo” tende a ser apreendido, respectivamente, como “bloco sólido de água” e “a frieza que caracterizaria um relacionamento”.

⁴ Ver “O código foi quebrado” e “(?) O código se quebrou”. O ponto de interrogação marca que a construção apresenta um maior custo enunciativo, sendo dificilmente aceita de antemão.

⁵ A metodologia de manipulação e observação dos dados pede que se interfira minimamente na construção de base, pois, a cada novo termo acrescido, amplia-se sensivelmente a composicionalidade das propriedades dos termos no processo de significação da construção estabilizada. Assim, como veremos a seguir, ao evidenciar exclusivamente X e as propriedades que lhe são associadas, delimitamos, por extensão, no cruzamento das propriedades dos vários termos que preenchem a posição de X, as características do verbo, uma vez que o verbo determina as suas condições de funcionamento.

(desacatar, desrespeitar), *quebrar o silêncio* (romper, pôr um fim), *quebrar o feitiço* (desfazer, pôr um fim), *quebrar o tabu* (pôr um fim), *quebrar a rotina* (romper), *quebrar a tradição* (romper, desrespeitar), *quebrar o vaso* (despedaçar, estilhaçar), *quebrar a empresa* (falir), *quebrar o sistema* (invadir).

Essas construções evidenciam a existência de regularidades de funcionamento verbal das quais decorrem três grupos de exemplos, constituídos a partir das descrições das propriedades associadas aos termos solicitados pelo verbo para substituir X: um grupo (1) envolvendo os termos “protocolo”, “contrato”, “promessa”, “palavra”, “hierarquia” etc; um grupo (2) abarcando os termos “rotina”, “tradição”, “costume”, “ritmo”, “feitiço”, “silêncio” etc.; e um grupo (3) envolvendo os termos “vaso”, “salto do sapato”, “página”, “empresa”, “sistema”, “código” etc.

Para examinar os exemplos característicos do grupo (1) e as propriedades que conduziram a esse agrupamento, deve-se analisar o modo como o verbo delimita os termos X com o qual se constrói. Nota-se, assim, que “protocolo” pode ser visto como um conjunto de normas reguladoras que se espera que alguém siga, ou como um acordo entre duas ou mais nações; “contrato” é um acordo formal no qual pessoas e/ou entidades estabelecem cláusulas a serem cumpridas e que são do conhecimento de todos; “promessa” é um contrato verbal feito para si ou para o outro e retoma a ideia de um compromisso a ser cumprido; “palavra” é uma declaração verbal de compromisso dada a outrem; e “hierarquia”, para dar um último exemplo, consiste em uma relação entre membros de um grupo, no qual existe uma ordem a ser observada no seu interior. A propriedade evocada para efetuar esse agrupamento envolve a noção de “interdependência (solidariedade) intrínseca”, no sentido em que se têm termos apreendidos como um conjunto formal de relações que os constituem intrinsecamente. Essas relações aparecem por meio do conjunto de normas reguladoras do “protocolo”, das cláusulas do “contrato”, pelos acordos estabelecidos no âmbito de uma “promessa” ou da “palavra dada” – que se manifestam como um “contrato verbal” –, das relações de ordem da “hierarquia”, normas, cláusulas e acordos que unem “pessoas, países, etc.”. A alguns dos termos associam-se igualmente características predicativas, o que pode ser percebido por meio de retomadas em que se verifica um predicado: “promessa” como “algo que se prometeu”; “palavra” como “algo que se declarou”, por exemplo.

Cabe observar que os termos convocados por “quebrar”, tal como o verbo, não apresentam *a priori* um sentido intrínseco. Não se trata, portanto, de postular sentidos prévios à construção em que os termos se inserem. Os termos “palavra” e “protocolo”, em outros enunciados, em nada lembram uma declaração verbal ou um conjunto de normas reguladoras, o que pode ser constatado nos exemplos “Escreva uma palavra qualquer” e “Perdi meu protocolo”. Há uma estreita

integração, na construção da significação, entre o termo X e o verbo “quebrar”: da mesma forma que o termo X faz o verbo adquirir um determinado valor semântico, o verbo faz o termo X manifestar as propriedades condizentes com seu funcionamento, e é na observação das propriedades associadas aos termos que começa a se delinear o próprio papel do verbo.

O grupo (2) é constituído por termos que dão origem a manifestações no espaço-tempo sistemáticas ou circunstanciais. Examinando o conjunto de termos que se integram à construção “quebrar X”, vemos que “ritmo” evoca a representação de uma cadência, de uma repetição marcada e periódica; “rotina” marca uma repetição de hábitos, uma prática constante; “tradição” representa o que se pratica por um costume adquirido, devido a valores transmitidos de geração a geração; “costume” representa igualmente uma prática frequente, um modo de agir habitual. Ao lado desses termos, encontram-se termos como “feitiço”, que representa um estado oriundo de uma prática de encantamento, e “silêncio”, que representa um estado marcado pela ausência de barulho. A propriedade evocada para este agrupamento envolve a noção de “interdependência (solidariedade) extrínseca”, no sentido em que se observam no espaço-tempo ora um conjunto de práticas constantes (“rotina”, “tradição”, “costume”) ou de manifestações constantes de um fenômeno (“ritmo”), ora um conjunto constituído de um único instante no qual se verifica um estado circunstancial (“feitiço”, “silêncio”).

O confronto entre esses dois primeiros grupos evidencia comportamentos próprios a cada um deles, e aponta para importantes características do verbo “quebrar”. Notam-se, portanto, dois tipos de complementos, um primeiro caracterizado pela necessidade de “cumprimento”: “protocolo, contrato, acordo, promessa, palavra, hierarquia etc.”; um segundo, feito, não para ser cumprido, mas para ser seguido ou “perpetuado”, por estarem vinculados a uma permanência ou manifestação no tempo: “rotina, tradição, costume, ritmo, feitiço, silêncio etc.”

O verbo “quebrar”, em uma análise inicial do grupo (1), anula X, conduzindo à sua inexistência: “quebrar a promessa”, por exemplo, é fazer com que a promessa perca sua validade, seja anulada; com o grupo (2), “quebrar” conduz à interrupção de X, interrupção que, em algumas construções, pode ser vista como algo que deixa de existir simplesmente porque cessou, como é o caso de estados como “feitiço” e “silêncio”. Assim, “quebrar a rotina” é fazer a rotina ser interrompida.

Por fim, o grupo (3) é marcado pela necessidade de se recuperar, nos termos que o constituem, a propriedade na qual se verifica uma relação entre “todo” e “parte”. “Quebrar o vaso” representa tanto “quebrar o vaso em inúmeras partes” – o “vaso” em relação a partes constitutivas de uma substância passível de ser quebrada, por exemplo, “vidro” –, como quebrar “a alça” (parte) do “vaso” (todo); “Quebrar o salto” representa a quebra “do salto” (parte) do “sapato” (todo); “Quebrar a página” recupera “página” (parte) em relação ao “texto” (todo). Nesses

exemplos, observa-se a presença de um termo localizador que recupera o “todo”: “vaso”, “sapato”, “texto”. Em outros exemplos, os próprios termos são apreendidos como estrutura ou mecanismo, que representam um conjunto (todo) constituído de partes e elementos interdependentes: “empresa”, “sistema”, “código”. “Quebrar o sistema” é fazer com que um conjunto fechado de elementos ou de relações perca a integridade que o constitui.

A análise dos termos passíveis de substituir X e a observação de regularidades determinantes de cada grupo por meio das propriedades que lhes são associadas conduzem à dinâmica “invariante” constitutiva da função exercida pelo verbo “quebrar” no âmbito das construções por ele integradas. Essa dinâmica “invariante” representa, nas palavras de De Vogüé (2006a, p.313), “a forma definidora da variação; é o que se mantém no decorrer da variação”. Construída por meio de manipulações do material empírico nas quais o verbo se faz presente, ela mostra que a variação de “quebrar” não é qualquer, sendo sustentada por um raciocínio constante no âmbito do enunciado, o que explica o próprio termo de “forma definidora”.

Essa “dinâmica invariante” do verbo “quebrar” – ou sua “forma esquemática”⁶, para empregar o conceito utilizado na Teoria das Operações Enunciativas – pode ser formalizada, nesta etapa⁷, da seguinte maneira:

Dada uma entidade X que se apresenta como um conjunto de constituintes solidários, “QUEBRAR” opõe-se ao que funda a solidariedade entre seus diferentes constituintes, provocando uma mudança de estatuto de X.

Essa “mudança de estatuto” deve ser apreendida de três maneiras diferentes:

- 1) X não é mais válido (X é anulado);
- 2) X, apreendido por suas manifestações temporais, não mais ocorre (X cessa);

⁶ Remetemos à bonita caracterização desse conceito por Culioli (2002 apud FRANCKEL, 2002, p.27): “*Par delà cette singularité et la multiplicité des phénomènes empiriques, se dégage une activité auto-réglée de mise en relation et d’interaction, qui organise et structure des entités hétérogènes. Ceci engendre une prolifération de possibles, mais de ces possibles se dégagent des invariants. La forme schématique est cette forme abstraite (métalinguistique) qui permet de simuler par le raisonnement ce qui reste, en soi, inaccessible, toujours entr’aperçu à travers le matériau textuel, à la fois obstacle par son apparente solidité qui s’interpose, et trace où se dessine le travail d’une intelligence de l’adaptation, du conjectural et du détourné.*”

⁷ Em Romero-Lopes (2009) e Romero (2010), foi apresentada uma constante de funcionamento do verbo “quebrar” decorrente das primeiras etapas de análises. A forma esquemática ora apresentada, fruto de manipulações nas quais se observam novos dados, reelabora a invariância inicialmente proposta. Cabe ressaltar que o modo como os dados dizem o fenômeno estudado não se mostra necessariamente em uma primeira formulação e sequer em definitivo, fato que encontra respaldo na seguinte colocação de Paillard (2006, p.177): “*D’une séance du séminaire à l’autre, d’une année à l’autre, à des nombreuses reprises, Antoine Culioli est revenu, a repris et, parfois, souvent, abandonné une formulation, mise à l’épreuve de nouvelles données.*” Acrescentemos que o seminário em questão corresponde aos seminários sobre a Teoria das Operações Enunciativas na Escola Normal Superior (CULIOLI; NORMAND, 2005).

3) X, apreendido por sua inteireza, deixa de sé-lo (há ruptura, partição).

Percebe-se, na formalização, que o termo de “unidade sólida” como “conjunto interdependente de relações que constitui X” traduz a representação da forma invariante do verbo “quebrar” que se encontra no fundamento de cada um dos exemplos, forma que, conforme as relações envolvendo os termos que preenchem a posição de X, manifesta-se pela “interdependência (solidariedade) intrínseca” (grupo 1), “interdependência (solidariedade) extrínseca” (grupo 2) e “relação todo/parte” (grupo 3). Em outras palavras, se o verbo “quebrar” solicita, para seu funcionamento, que se verifique a propriedade na qual se represente uma “unidade sólida” tal como ela foi aqui descrita, essa “unidade sólida” manifesta-se diferentemente nos enunciados que a instanciam, dadas as próprias características das instanciações. São justamente essas características que introduzem a problemática dos “modos de construção da referência” pelos enunciados, problemática à qual voltaremos após reflexões mais amplas feitas a seguir sobre a *teoria das construções das ocorrências*, inscrita no âmbito da própria Teoria das Operações Enunciativas.

Das noções às construções das ocorrências: o nível dos valores referenciais

Da interseção do que foi até aqui exposto, sobressai um resultado de fundamental importância para o estudo da linguagem. Fruto da integração entre enunciados e signos, esse resultado corrobora a afirmação de que a diversidade das formas linguísticas significa (isto é, constitui e formula ao mesmo tempo) a diversidade das relações entre o sujeito e o mundo (NORMAND, 1997). Dessa constatação advém uma importante reflexão sobre a própria questão da referência, que se vê, conseqüentemente, introduzida no coração da língua.

Com efeito, um signo, ao ter sua identidade constituída a partir de um conjunto de enunciados que não são quaisquer, não mais admite ser tratado como uma entidade plena, estável e permanente. A matéria semântica do signo, por sinal, retrataria justamente essa flexibilidade por parte do significado que identifica um determinado significante: sua constância é uma constância que se distingue pela maleabilidade que o torna compatível com valores semânticos diversos. A referência é, pois, algo que se constrói a cada atualização do signo, seja ele um índice discursivo ou não.

No quadro teórico elaborado por Antoine Culioli (1990, 1999), postular que o sentido não existe independentemente da dinâmica que se instaura entre as formas materiais acarreta posições precisas acerca do funcionamento linguístico. Um

bom ponto de partida para compreendê-las consiste em abordar a especificidade conferida aos conceitos de “enunciado” e “enuniação”.

Falar em enunciados significa falar em produtos de uma construção, isto é, em formas materiais comportando os vestígios da estrutura semântica que as fundamenta. Nessa perspectiva, o conceito de enuniação corresponde a “mecanismos de linguagem” implicados na construção do processo de significação, o que é sugerido pela condição de “vestígios” à qual são alçadas as formas materiais. Em outras palavras, os enunciados tidos como formas materiais – ou, para utilizar um termo culioliano por excelência, essas organizações de “marcadores”⁸ na qual se traduzem – são nosso principal objeto de trabalho. E isso pelo fato de ser unicamente por meio deles que se pode buscar os mecanismos enunciativos, que se pode buscar sua estrutura de base. Como bem diz De Vogüé (1992, p.80), “[...] *on thématise [...] la façon dont un énoncé s'énonce (dont il a la forme qu'il a). [...] L'analyse se donne pour objet l'énoncé dans sa matérialité formelle: un agencement de marqueurs se trouvant ordonner un certain effet signifiant*”.

Considerando agora a questão do conceito de enunciado sob uma ótica inversa, os mecanismos enunciativos são, por sua vez, diretamente responsáveis por restrições no que diz respeito ao próprio emprego que fazemos das formas materiais, mais precisamente, das unidades linguísticas, restrições que se convencionou chamar de “regras de boa formação enunciativa”.

As regras de boa formação enunciativa vêm reforçar a especificidade do conceito culioliano de enunciado, motivando, dessa vez, sua diferenciação *vis-à-vis* da frase, mas de uma frase cujos critérios de definição são puramente sintáticos. Essa ressalva é de fundamental importância, pois indica que a oposição diz respeito à concepção para a qual a frase seria constituída por regras autônomas, do domínio da sintaxe – e, portanto, independentes das unidades que a compõem –, e não à concepção de frase defendida por Benveniste (1995) que, inserida no universo semântico, não se distingue em essência do enunciado culioliano, como afirmamos anteriormente.

Essas considerações permitem melhor entender o que significa, para a problemática culioliana, sustentar que a enuniação – e, logo, a significação – está no coração da língua.

Uma língua intrinsecamente enunciativa, como explicam De Vogüé e Paillard (1997), é uma língua na qual as unidades integram suas construções e suas

⁸ Duas observações devem ser feitas sobre este termo: a primeira refere-se a sua escolha, cujo intuito foi o de evitar toda ambiguidade que se produz com o termo *marca* (CULIOLI, 1985, p.16), mais precisamente, o de assinalar que não existem “entidades imperceptíveis”; a segunda, a sua abrangência, visto que ele corresponde não só a unidades ditas lexicais, mas, de modo mais amplo, a uma mudança na prosódia, na entonação, a uma partícula, um morfema qualquer ou um conjunto de morfemas.

variações discursivas, na qual as unidades linguísticas **são** a variação. Essa posição face às unidades desemboca numa visão extremamente singular a respeito do contexto e que pode ser resumida da seguinte maneira: o contexto passa a ter sua determinação vinculada às unidades linguísticas.

Inúmeros são os casos que mostram ser o contexto desencadeado pelas formas materiais, e não algo que viria “de fora” delas. Para dar apenas um exemplo, basta examinar o comportamento da sequência “O professor mudou”, da qual se originam três interpretações, melhor seria dizer, três funcionamentos em potencial⁹:

- 1) *O professor mudou: ele agora trabalha em outra escola, mora em outro bairro.*
- 2) *O professor mudou: ele está tão diferente! Não é a mesma pessoa.*
- 3) *O professor mudou: quem assumiu as aulas de gastronomia foi o Maurício Clark.*

Cabe notar que, embora existam outros contextos passíveis de estabilizar (1), (2) e (3), trata-se de exemplos que remetem a um mesmo funcionamento; por exemplo, o valor decorrente de (2) pode advir da integração da sequência em outros meios textuais, mas todos remetem à paráfrase em que *O professor mudou* é apreendido por *O professor está mudado*¹⁰.

Mediante esses exemplos e as observações feitas, pode-se dizer, em conclusão, que o enunciado, na perspectiva culioliana, ainda segundo Franckel (1998, p.75, grifo do autor), é “[...] **une séquence** (*une suite cohérente de mots*) *rendue interprétable par la stabilisation de tel ou tel de ses contextes possibles, ces contextes étant donc engendrables à partir de la séquence elle-même*”.

A língua é intrinsecamente enunciativa, as unidades linguísticas são a variação, a sequência engendra seus contextos são, portanto, variantes de uma mesma tese cujos fundamentos estão relacionados ao jogo entre “ocorrências” e “noções” no espaço enunciativo.

Examinando de perto uma das definições mais precisas de Antoine Culioli (1999, p.44, grifo do autor) sobre o conceito de enunciar, notamos que “[...] *énoncer, c’est construire un **espace, orienter, déterminer, établir un réseau de valeurs référentielles, bref, un système de repérage***”.

⁹ Essa análise em detalhes é encontrada em Romero-Lopes (2007).

¹⁰ A título de ilustração, podemos citar: (2a) *O professor mudou. E mudou muito!*; (2b) *O professor mudou. Ele não dá mais aquela aula de arrepiar.*; (2c) *O professor mudou. Ele anda tão triste!* Em todos os exemplos, temos contextualizações que estabilizam o valor que atribui a professor, no instante de enunciação, a propriedade de “estar mudado”. Esse valor não se verifica nos funcionamentos (1) e (3).

Essa afirmação coloca, de saída, que todo enunciado mobiliza a construção de um espaço enunciativo distinto da realidade. Um espaço enunciativo, por não estar vinculado a um quadro de referência preestabelecido, é, conseqüentemente, um espaço em que se constrói um nível de representação específico: o nível dos modos de construção da referência ou valores referenciais. Nesse nível, localizado no caminho intermediário entre a realidade e a língua, as produções linguísticas dão origem a “ocorrências”, dada a possibilidade de uma mesma unidade linguística construir valores referenciais diversos.

O fato de uma mesma unidade linguística poder resultar em diferentes ocorrências evidencia a presença necessária de um jogo na cena enunciativa, um jogo que se estabelece em relação ao material semântico ao qual essas unidades remetem quando integradas a um contexto, a saber, em relação às “noções”.

Em suma, o espaço enunciativo é, por natureza, um espaço fundamentado num jogo entre “noções”, material semântico configurado pela unidade linguística no seu contextualizar, e o que denominamos “ocorrências”, e que são essas mesmas noções instanciadas, situadas espaçotemporalmente por meio das unidades linguísticas, isto é, consideradas em relação aos outros termos que constituem o enunciado. É esse jogo, essa inadequação, que desencadeia a variação semântica em todas as suas formas.

Se a unidade linguística comporta uma maleabilidade inerente é porque, fora dos enunciados, não existem relações estáveis à noção que ela permite configurar. Por outro lado, isso não significa que não existam regularidades por trás dessas relações, visto ser a própria configuração, em si, regular. As estabilizações são produtos dos enunciados, e não uma relação *a priori* fixada. Como bem diz De Vogüé (1993, p.68):

L'appareil conceptuel que nous sommes amenés à reconstituer est entièrement fondé sur le postulat d'une distance première entre le dire et le monde, distance que le dire travaille, disant indéfiniment l'écart. L'hypothèse est que les énoncés mobilisent deux ordres d'entités, des notions d'une part, des occurrences de ces notions d'autre part : dans le rapport que l'énoncé instaure entre occurrences et notions, se joue l'écart du monde au dire. A la place du calque entre des mots, ou leurs sens, et des choses, il y a donc cette mise en rapport opérant dans la scène de l'énoncé. Et c'est cette scène qu'il s'agit de découvrir.

No espaço enunciativo, ou na “cena verbal” construída por um enunciado, as unidades linguísticas remetem (diretamente ou não) ao material semântico dessa cena que ajudaram a configurar, material que não comporta nem unidades linguísticas nem algo cuja natureza seja real, pois tem sua forma de existência fenomenológica própria, para a qual ambas, língua e realidade, contribuem ao

mesmo tempo. As unidades linguísticas remetem, como dissemos, a noções, ou a representações:

[...] qui organisent des expériences que nous avons élaborées depuis notre jeune enfance, que nous construisons à partir de nos relations au monde, aux objets, à autrui, de notre appartenance à une culture, de l'interdiscours dans lequel nous baignons. A ce niveau aussi s'effectuent des opérations de mise en relation, d'enchaînement, de construction de propriétés composées. A tout cela nous n'avons pas accès, au sens d'un accès immédiat. [...] Le linguiste, lui, peut jouer un rôle, mais son médiateur à lui, c'est le texte, qui n'est qu'une partie des traces de cette activité cognitive.” (CULIOLI, 1990, p.21).

Observamos, assim, que as noções, por corresponder a um conjunto de propriedades (ou qualidades), não se encontram fixadas de uma vez por todas ou mesmo constituídas. Elas são virtuais, passíveis de deformações, o que explica uma existência que, além de tudo, não se resume à própria unidade linguística.

A virtualidade das noções, ao tornar sempre possível a atribuição de uma nova propriedade à unidade linguística, ao permitir empregá-la de modo original, faz-nos, então, compreender, de um lado, toda a criatividade e singularidade constitutivas da linguagem da criança, de outro, a impossibilidade, para os próprios dicionários, de abarcar um conjunto finito e fixo de definições. Aliás, para verificar essa impossibilidade, basta comparar as definições de uma mesma unidade linguística tida por polissêmica em vários dicionários: invariavelmente, as diferenças entre as definições são a regra.

Se os empregos originais só são possíveis dada a maleabilidade das noções às quais referem as unidades linguísticas – dada a maleabilidade das representações a partir das quais elas se constituem –, não se pode dizer, no entanto, que podemos manipular as unidades linguísticas com as quais as apreendemos ao nosso bel-prazer. A maleabilidade significa flexibilidade, e não liberdade total e irrestrita e, sendo assim, impõe limites. Por exemplo, quando a temperatura sobe muito, deve-se ter cuidado para não “tomar sol” em excesso; dificilmente diríamos que é preciso prestar atenção para não “(?) tomar calor” em excesso. E, ainda, com relação a “tomar”, se dizemos que ele chora porque “tomou um baita tapão” ou “um baita tombo”, não dizemos que ele está feliz porque “(?) tomou um baita carinho”. A criança entende rapidamente esses “limites” impostos pela língua e, quando os ultrapassa, é, normalmente, por se encontrar em um momento que lhe é próprio, em que as próprias noções estão sendo elaboradas – caso de Be., 2 anos, ao contar para os pais, apontando para a própria mão, que “o garfo picou”¹¹,

¹¹ Segundo relato dos próprios pais, Be., dias antes, viveu uma situação em que o verbo “picar” tinha sido muito empregado, pois Be. amanheceu picado por pernilongos em várias partes do corpo.

ou por, deliberadamente, brincar com eles, como nos mostra o exemplo abaixo de B., 5;10 anos.

Esses limites e restrições facilmente multiplicáveis são a prova de que, por trás da maleabilidade das representações evocadas por esses verbos, existem princípios regulares que condicionam seu funcionamento, ou regras de boa formação enunciativa, que vão sendo constituídas no desenrolar da aquisição da linguagem.

Sobre noções e unidades linguísticas, quando se trata de linguagem verbal¹², temos noções que só podem ser apreendidas por meio das unidades linguísticas, o que não significa que essas, ao apreendê-las, façam-no como bem entendem ou por completo: as noções são captadas pelas unidades linguísticas, mas não se encontram jamais nelas aprisionadas (CULIOLI, 1985).

Decorre daí, por sua vez, o surgimento da definição de “noção” como “configuração particular de qualidades diferenciadas” (DE VOGÜÉ, 1999, p.79) de um lado e do conceito de “entidade” de outro, cujo papel é o de indicar a ambivalência nata da unidade linguística. Enquanto “configuração”, a unidade linguística determina uma regularidade no que diz respeito à organização das noções sem, no entanto, fixar-se a uma determinada qualidade¹³ (“quebrar” não evoca toda e qualquer propriedade/qualidade, por exemplo); enquanto “entidade”, a unidade, por “instanciar” uma qualidade (inserir-la num espaço enunciativo), é indissociável desses mesmos elementos qualitativos, do material semântico, da “noção” por ela instanciada, apreendendo-a, entretanto, apenas sob um determinado aspecto pela própria impossibilidade de referir à noção em sua essência. Em outras palavras, uma unidade, enquanto entidade, por entrar em um contexto, corresponde a um termo que é simultaneamente único (devido ao jogo contextual) e conforme à qualidade que o funda (por responder à noção), observando-se relações diversas entre o ser único e o ser conforme.

Em outras palavras, a contextualização das unidades linguísticas faz delas ocorrências, sendo que a ocorrência constitui um leque que vai de uma “entidade conforme à noção” a uma “entidade conservando suas peculiaridades” (um “indivíduo”). Tais conceitos refletem a própria maleabilidade da unidade.

Assinalemos que a ocorrência não corresponde pura e simplesmente à unidade linguística, mas à relação estabelecida, no interior dos enunciados, entre as unidades enquanto “entidades” (enquanto o que capta, o que instancia,

¹² Se especificamos “linguagem verbal”, é por existirem campos nos quais as noções são evidentemente apreendidas por outras formas, por outros suportes: no campo gestual, das imagens, dos sonhos. São, portanto, os gestos, as imagens e os sonhos que as apreendem.

¹³ Qualquer tipo de relação fixa entre uma noção e uma unidade linguística conduziria necessariamente à ideia de uma relação biunívoca entre um marcador e um valor, biunivocidade que não cansamos até aqui de refutar.

o que dá forma a um material de cunho qualitativo) e as unidades enquanto “configuradoras” da noção (enquanto acesso a um conjunto virtual de qualidades). Expandindo o raciocínio, chega-se à conclusão de que as unidades linguísticas, por apresentarem essa dualidade ontológica que se traduz no próprio conceito de ocorrência, caracterizam-se pelo jogo entre sua função de “entidade” e de “acesso” (neste último caso, sua função “nocional”).

Tal jogo evidencia a tese maior da teoria, que postula uma discordância irreduzível entre essas duas dimensões da língua sem, no entanto, pregar a sua separação: uma não existe sem a outra. Com efeito, se, por um lado, a noção em si é “indizível”, se ela não existe sem uma entidade que lhe dê forma, e se esta, por sua vez, não existe se não houver uma noção à qual possa servir de acesso, por outro lado, a noção jamais se resume nessa entidade pela simples razão de que o próprio da entidade é sempre abarcar parcialmente a noção, e não tudo o que é, até porque a noção não se define como um conjunto de propriedades fixas que possa ser completamente abarcado. Uma entidade corresponde a uma “encarnação singular”¹⁴, a uma “instanciação”, modo específico de assinalar que a noção, ao ser apreendida, só o é sob um determinado aspecto definido pela ancoragem espaço-temporal na qual ocorre nunca por inteira.

Em suma, a partir das unidades linguísticas, constroem-se relações que lhes conferem a condição de ocorrências, condição que, dada a natureza intrinsecamente variável da articulação entre seus dois modos de ser, irá desdobrar-se diversamente.

As relações que se constroem nos enunciados entre noções e entidades – exemplificadas, a seguir, a partir da estruturação dos grupos de “quebrar” – constituem um nível de representação específico: o nível dos modos de construção da referência ou dos valores referenciais.

Esse nível, de cunho inteiramente metalinguístico, tem por função retratar a construção do sistema de representação que é, afinal, a língua em si, isto é, retratar os mecanismos, as operações abstratas relacionadas à atividade de linguagem, e que só nos são acessíveis por meio da materialidade formal dos enunciados (CULIOLI, 1990). A característica do nível dos valores referenciais é, portanto, a de ser um nível puramente teórico.

Para compreender de que maneira se organiza esse nível, ou, mais precisamente, de que maneira as relações entre entidades e noções são estruturadas, Culioli (1990) introduz os conceitos de Ont e Olt: Ont de quantitativo, do espaço enunciativo que, por meio de uma entidade, dá forma à noção, delimita

¹⁴ Confira De Vogüé (1989, p.2, nota 3): “*Le terme d’incarnation, certainement par trop métaphorique, vise simplement à désigner l’ensemble d’opérations complexes et diverses par lesquelles au sein d’un énoncé on passe d’une notion à ce qui sera la valeur référentielle qui lui sera associée dans cet énoncé.*”

uma qualidade, conferindo-lhe uma espessura espaçotemporal; Olt da dimensão qualitativa, do material semântico (ou nocional) que, por sua vez, delimita uma entidade¹⁵.

A reformulação em termos Ont-Olt¹⁶ das observações feitas até aqui nos conduz, por conseguinte, a afirmar que uma unidade linguística, ao ser empregada, mobiliza necessariamente Ont e Olt, dimensões cujas constituições estão atreladas, mas não se restringem uma à outra. O nível dos valores referenciais, como ressaltamos inúmeras vezes, constrói-se a partir de uma discordância irreduzível entre Ont e Olt: “a alteridade é de fundação”, diz justamente Culioli (1990) numa de suas máximas mais conhecidas.

Para entender como ocorre a mobilização estruturada das dimensões Ont e Olt das unidades linguísticas, retomemos o funcionamento do verbo “quebrar”.

Os modos de construção do valor referencial encontram-se vinculados a mecanismos de estabilização semântica da noção evocada por “quebrar” (doravante <ser *quebrar*>), o que, conseqüentemente, aponta para a existência de um hiato intrínseco entre a noção <ser *quebrar*> antes de sua instanciação – isto é, de tudo o que <ser *quebrar*> é capaz de evocar e representar antes de sua inserção em um espaço-tempo enunciativo – e essa mesma instanciação que, obrigatoriamente, restringe. Os grupos constituídos permitem ver, em suas características, os reflexos desse jogo inerente à instanciação de uma noção.

Quando, ao enunciar, observamos a necessidade de um suporte para que a noção <ser *quebrar*> se inscreva no espaço-tempo, estamos no domínio do mecanismo referencial denominado “compacto”, por ser apenas por meio desse suporte que a noção <ser *quebrar*> se vê atualizada na cena enunciativa. Essa instanciação em que se verifica um suporte que atualiza a noção <ser *quebrar*> é apreendida como “Olt”, pelo fato de, a esse suporte, ser atribuída a propriedade correspondente à noção <ser *quebrar*>.

Retomando a constituição dos grupos sob a ótica dos modos de construção do valor referencial, notamos que, no grupo (1), para retomar apenas alguns dos

¹⁵ O que segue, para fazer nossas as palavras de Benveniste (1995) no seu prefácio, poderá parecer difícil, e isso pelo simples motivo de que “a linguagem é, de fato, um objeto difícil” Gostariamos então de lembrar que é absolutamente fundamental um período de familiarização com a teoria. Na primeira obra culioliana que li, dois outros linguistas, que me são extremamente caros, confessavam: “uma vez vencidos os primeiros obstáculos, esperamos que o leitor compartilhe plenamente do prazer que sentimos em desemboçar os fenômenos, em entrever a possibilidade de buscar uma organização numa complexidade *a priori* tão desconcertante.” (FRANCKEL; LEBAUD, 1990, p.16).

¹⁶ Na abertura da sessão de trabalho sobre Repères et domaines notionnels (publicada pela Ophrys, em 1992, sob o título *La théorie d'Antoine Culioli, ouvertures et incidences*), Culioli assinala sua preferência pela notação Ont-Olt por ser mais neutra, já que quantitativo/qualitativo desencadeia normalmente representações não pertinentes, isto é, representações relacionadas ao número no caso do quantitativo e representações relacionadas à apreciação como tal no caso do qualitativo, o que não deixa, ainda segundo o autor, de ser um grande incômodo (CULIOLI, 1992).

enunciados, as construções orientam-se em relação a um conjunto de normas reguladoras (quebrar o protocolo) ou de cláusulas (quebrar o contrato), ou mesmo a acordos (quebrar a promessa) apreendidos como uma “unidade sólida”. Com “protocolo” ou “contrato”, temos, portanto, “pessoas, empresas etc.” (Y) que estão vinculadas, por regras ou cláusulas, a serem respeitadas; com “promessa”, “pessoas, eu comigo mesmo, etc.” (Y) vinculadas por acordos, por um compromisso verbal.

Observa-se, em suma, “protocolo, contrato, promessa” como algo que estabelece vínculos, sendo que as partes vinculadas são apreendidas exclusivamente sob a ótica do vínculo que as une (daí o emprego do termo “suporte”: por exemplo, com “promessa”, os envolvidos são apreendidos sob a ótica da promessa; fora da promessa, não há vínculo entre os envolvidos). Isso reforça a “interdependência (solidariedade) intrínseca” apontada para esse grupo, uma vez que Y nada mais é do que o suporte dessa relação, ou seja, sustenta o vínculo. O verbo “quebrar” vem para predicar um vínculo que não é mais válido: como se trata de uma relação de interdependência intrínseca, a quebra torna necessariamente nulos o protocolo, o contrato, a promessa.

Quando, ao enunciar, partimos de propriedades que determinam um padrão e a instanciação da noção <ser *quebrar*> se dá em conformidade ao padrão, estamos no domínio referencial denominado “discreto”. A instanciação da noção que se dá em conformidade a um padrão preestabelecido é apreendida como “Olt” e “Ont”, porque se observam, ao mesmo tempo, um padrão que determina propriedades e uma instanciação que se faz em relação ao padrão.

O grupo (3) evidencia a necessidade de se buscar uma relação na qual se postule um “todo” para sustentar a constituição de uma “unidade sólida”, fato bem exemplificado por “quebrar o salto (do sapato)” ou “quebrar a empresa”, em que a “parte” só é assim apreendida a partir do momento em que existe um todo para delimitá-la. Observam-se, portanto, termos (Y: “sapato, texto”) que são constituídos de partes interdependentes (“salto” como uma parte de “sapato”; “página” como uma parte de “texto”) ou termos que por si só são apreendidos como estrutura ou mecanismo, que representam um conjunto (todo) constituído de partes e elementos interdependentes: “empresa”, “sistema”, “código”.

Nesse grupo, o ponto de partida da relação é o “todo”: há algo que pode ser a *priori* apreendido por sua inteireza, por sua característica de “unidade sólida” (daí o emprego do termo “padrão”, por existirem propriedades que seriam da natureza dessas noções). Y, ao contrário do que se tem em (1), não é o suporte do vínculo, mas constitui o próprio vínculo (não se fala em parte sem todo). O verbo “quebrar”, por incidir sobre termos formando um todo, marca uma destruição estrutural, resultando em partes mais ou menos visíveis (evidenciam-se, na quebra, o “salto”,

a “página”), ou em um puro e simples desaparecimento da estrutura (“empresa”, “sistema”, “código”, marcados pela ruptura da organização ou do dispositivo).

Por fim, quando temos uma instanciação que se faz sem que um suporte seja necessário, ou sem que haja um padrão que determine propriedades, essa instanciação é apreendida como “Ont”, marcando que a própria inserção da noção <ser *quebrar*> no espaço-tempo basta para que se apreenda a noção, o que é característica do domínio referencial “denso”.

O grupo (2) evidencia justamente que a “unidade sólida” se produz pela continuidade, no espaço-tempo, de manifestações de práticas sistemáticas ou circunstanciais, o que pode ser observado pela propriedade evocada para esse agrupamento, que indica uma “interdependência (solidariedade) extrínseca”. Há, no espaço-tempo, ora um conjunto de práticas constantes (“rotina”, “tradição”, “costume”) ou de manifestações constantes de um fenômeno (“ritmo”), ora um conjunto constituído de um único instante em que se verifica um estado circunstancial (“feito”, “silêncio”). Isso significa que, fora da própria manifestação espaçotemporal que a constitui, não se pode falar em uma “unidade sólida”.

Evocando três problemáticas diferentes, o verbo “quebrar” refere-se a domínios referenciais caracterizados como <invalidação>, <interrupção> e <partição>, cuja denominação provém não de possíveis acepções atribuídas ao verbo nos diferentes enunciados que integra, mas de mobilizações específicas das dimensões Ont-Olt constitutivas de cada grupo.

Essas mobilizações podem resultar em exemplos altamente criativos na fala da criança, caso do diálogo abaixo, extraído de Del Ré (2003, p.164). Na situação em que ocorre o diálogo, a pesquisadora pergunta a B. (5;10 anos) sobre uns adesivos que compõem a figura de um palhaço que a criança completou:

1. B: e esse ((o palhaço do outro lado da folha)) esse daqui ((olha sorrindo para P))
2. P: ((sorrindo)) ahn
3. B: o olho... é quebrô ((ri e olha para B))
4. P: ((ri)) ahn
5. B: ((sorrindo)) o olho machucô: ((risos))
6. P: ((rindo)) como é que é um olho quebrado?
7. B: aqui oh ((apontando para o olho do palhaço))
8. P: ahn

É interessante notar, nesse exemplo, que B. sabe, pelo sorriso que dá, que faz um uso inusitado do emprego de “quebrar” já que, em nossa representação usual, um olho não quebra. Considerando, no entanto, que o diálogo aparece em uma situação de colagem, em que se espera que os adesivos constituam a figura do palhaço, dizer que o olho quebrou pode apontar justamente para uma “partição”

em relação ao todo: naquele ponto representado pelo “olho do palhaço”, algo está destruído em relação à figura do palhaço como um todo; ou, então, algo fez com que a “inteireza” representada pelo palhaço não fosse plenamente apreciada pela criança: no olho, há uma falha.

Por fim, considerando, de um lado, noções cuja natureza é, por definição, instável – o que corresponde a uma outra maneira de postular que a alteridade é de fundação –, e, de outro, ocorrências que se constroem a partir de procedimentos de estabilização, procuramos evidenciar os mecanismos referenciais por meio dos quais tais estabilizações enunciativas acontecem.

A análise do verbo “quebrar” permite ver que a sua variação semântica responde a uma primeira ordem de regularidades, definida pelas relações entre “Ont” e “Olt”, da qual se originam três tipos de valores referenciais: compacto, discreto e denso.

A Teoria das Operações Enunciativas postula que essa ordem de regularidades, isto é, os modos de construção dos valores referenciais, é independente desta ou daquela unidade linguística em particular, o que não significa que não existam interações únicas das dimensões Olt e Ont. Cada unidade linguística caracteriza-se por uma mobilização específica de tais dimensões, por um polo de invariância que traduz sua identidade (a forma esquemática). Em suma, a mobilização das dimensões Olt-Ont é única por ser único o próprio funcionamento da unidade na língua, mas a maneira pela qual se dá o entrelaçar entre essas dimensões responde às regularidades definidas em termos de valores referenciais, que são da ordem da linguagem.

Contribuições para o domínio da aquisição

A Teoria das Operações Enunciativas, nas palavras do próprio Culioli (1990, p.36), permite “[...] *relier les recherches sur l’ontogenèse des représentations en psychologie cognitive avec l’étude des phénomènes linguistiques*”, afirmação que se sustenta pelo próprio conceito de noção, entendida como algo virtual e produtivo, como geradora de unidades lexicais: “[...] *parler d’une notion, c’est parler d’un ensemble que l’on peut exprimer, par exemple, par ‘lire; lecture; livre; lecteur; bibliothèque etc.’ et c’est dire qu’on ne peut pas ramener les choses à une unité lexicale.*” (CULIOLI, 1990, p.54). Daí, justamente, a conceituação de “enunciado” como organização de “marcadores”, como formas materiais independentes de qualquer categorização gramatical prévia, o que, como bem observa Morgenstern (2009, p.100-101) é particularmente pertinente no que se refere à linguagem da criança:

Peut-on dire que “dodo Nono” est un énoncé acceptable? Il l’est si un enfant l’a produit en contexte. Nous acceptons cet énoncé sans même avoir à décider si “dodo” est un nom ou un verbe. On ne peut pas dire, sans contexte, si “dodo” est de l’ordre du nominal, ou du verbal. L’enfant dénommé Nono peut référer à une entité bornée et construire une relation d’appartenance en nous invitant à penser à son lit, qui est de l’ordre du nominal, par opposition au lit de sa soeur qui se trouve dans la même chambre. Mais il peut aussi référer à un processus, et manifester son envie de dormir, ce qui potentiellement peut nous amener à interpréter “dodo” comme étant de l’ordre du verbal. Ce n’est qu’avec l’apparition des marqueurs de temps, de détermination nominale, des prépositions que ce type d’ambiguïté pourra être réduite. Dans son interprétation, le chercheur s’appuie donc d’abord sur le contexte et l’interprétation des adultes, en particulier des parents. Les chercheurs savent que les parents font très souvent la “bonne” interprétation (ou “une” bonne interprétation du moins). Comme ces derniers connaissent l’enfant, partagent l’histoire de son développement, ils vont peut-être donner à “dodo Nono” le sens voulu par l’enfant. Cela aide le chercheur qui trouve la réplique dans le corpus. (MORGENSTERN, 2009, p.100-101).

Na apresentação aqui feita do conceito de noção, partiu-se, no entanto, de um conjunto de exemplos envolvendo o funcionamento de “quebrar” em que se observa um verbo em seus empregos usuais na gramática do adulto. Ocorre, contudo, que, em relação ao conceito de “forma esquemática”, trabalhos recentes têm demonstrado serem as categorias “verbo” e “nome” idênticas em seu funcionamento semântico, implicando a retomada de noções sintáticas centrais. O conceito de “forma esquemática” postula, assim, uma propriedade geral que não diferencia “verbo” de “nome”, sendo este um deverbal ou não¹⁷.

Se a forma esquemática é a mesma, a diferenciação ocorre em um outro nível, em que se associa a cada uma das unidades um esquema gramatical que responde por sua particularidade:

*L’hypothèse que l’on propose de faire, à la suite de Culioli, est que la particularité des verbes se joue dans le fait que ceux-ci s’entendent comme figurant le schéma organisateur d’un dire à constituer: on admet ainsi une conception très classique du verbe, selon laquelle ce serait dans le verbe que se jouerait la proposition. Culioli a proposé d’appeler **lexis** ce dire, qu’il conçoit non pas tant comme un contenu ou un “dictum” que comme un “à dire”: soit, une finalité, une visée, propre à engendrer une pluralité de dires effectifs que sont les énoncés s’employant, selon différents “modus”, à dire cet “à dire”. Il formule dès lors le lien entre*

¹⁷ Ver, a esse respeito, a belíssima análise, em língua francesa, de “filer” e “fil”, desenvolvida por Camus e De Vogüé (2004, p.136), em que a autora afirma serem ambos “[...] *fondamentalement identiques dans leur fonctionnement sémantique, ne différant pour l’essentiel que par leur statut dans l’économie générale de l’énoncé*”, bem como De Vogüé (2007). Ver ainda Franckel (2004), no qual o autor analisa o funcionamento de “sentir” e “sens” em língua francesa.

verbes et lexis en posant que les verbes s'ordonnent nécessairement sur ce qu'il appelle un schéma de lexis, **qui serait donc un outil pour structurer, à partir d'une forme schématique, une lexis.** (DE VOGÜÉ, 2004, p.160, grifo nosso).

Tem-se, portanto, para o “verbo”, o esquema de léxis, esquema em que se verificam três posições descritas, respectivamente, como ponto de partida da relação, relação predicativa e ponto de chegada da relação: $\langle \xi_0, \pi, \xi_1 \rangle$. Definindo o formato de uma proposição e mobilizando um sujeito (ξ_0) e um predicado¹⁸, o esquema de léxis remete não ao dito, mas a um “dizível”, isto é, a um potencial enunciativo, gerador de toda uma família parafrástica.

Na diferença entre “verbo” e “nome”, o que está em jogo é, portanto, a posição de sujeito, entidade autônoma sobre a qual a noção verbal será predicada:

[...] le verbe est ce qui sert à faire des propositions avec des constituants nominaux (ou du moins est la part lexicale de ce qui a cette fonction)". [...] Le verbe “dit”: cela signifie qu'il s'entend comme l'élaboration d'une description, celle-ci emportant avec elle une proposition entière, où est reconstituée une forme de micro-scène [...] dans laquelle les référents des constituants nominaux impliqués figurent les protagonistes. (DE VOGÜÉ, 2006b, p.48).

Voltando à unidade lexical verbal, isso significa que, enquanto unidade singular, a forma esquemática descreve seu funcionamento próprio e aquilo a que refere; enquanto verbo, integra um esquema de léxis. Entre esquema de léxis e forma esquemática, observam-se “[...] *des formes d'échange de bons procédés, quand le second fournit au premier de quoi définir la relation prédicative en jeu dans la lexis, et quand le premier fournit en retour sa dynamique, pour restituer la temporalité et l'épaisseur du geste référentiel que le second décrit.*” (DE VOGÜÉ, 2006b, p.62).

No que se refere ao “nome”, ao invés de o jogo entre ocorrência e noção se integrar à relação predicativa, tem-se um “esquema de nomação” que se dá

¹⁸ Duas observações são altamente importantes no que se refere à léxis. Tais observações, feitas por De Vogüé (2007), são aqui apresentadas de forma sucinta: em primeiro lugar, o esquema de léxis fornece o modo de estruturação do dizer a partir do qual os enunciados são elaborados, e, assim, não se refere a toda unidade lexical; em segundo lugar, ξ_0 e ξ_1 não correspondem a argumentos do verbo, que podem ser em número maior do que dois. As posições ξ_0 , π , ξ_1 são encontradas apenas em proposições e não em constituintes nominais, uma vez que a relação predicativa para estes últimos passa, por exemplo, pelas preposições. Acrescente-se ainda que “[...] *l'opération prédicative en question dans les constituants phrastiques ressortit nécessairement à une forme d'identification, entre sujet et prédicat, tandis que les constituants nominaux sont plutôt le lieu de déterminations et de spécifications variées apportées par les compléments, les épithètes ou les autres formes de prédication (relative, appositive, complétive etc.), ces déterminations et spécifications étant en tout état de cause chacune trop partielle par nature pour pouvoir donner lieu à identification.*” (DE VOGÜÉ, 2006b, p.58).

simplesmente por diferentes orientações de identificação da ocorrência à noção (é o próprio jogo entre ocorrência e noção que se manifesta)¹⁹.

Tais colocações atestam a produtividade de um enunciado como “dodo Nono” e corroboram a afirmação de Morgenstern (2009). O termo “dodo”, ao evocar a noção, pode, em língua, remeter a uma unidade de ordem nominal ou verbal, e, conforme a estabilização observada por sua integração ao contexto, entrar, ora em um esquema de léxis, no qual “dodo” e “Nono” ocupariam diferentes posições enunciativas, ora em um esquema de nomação.

Resta o fato de estar a noção, nos diferentes momentos da aquisição de linguagem, em expansão, pelo fato de ser esse o período em que inúmeras representações que virão a organizar nossas experiências e conhecimentos encontrarem-se em construção. Assim, as interações constitutivas da produção verbal da criança, ao apontarem para o que pertence ou não ao domínio nocional (ser “dodo”, não ser “dodo”, ser mais ou menos “dodo” etc.), vão pouco a pouco delineando e expandindo – em uma expansão que não se refere em absoluto a expansões de um semantismo de base – as diferentes formas esquemáticas por meio dos variados jogos entre ocorrências e noções.

É nesse trabalho para reconstituir a maneira como a construção do sentido se elabora, por meio de uma observação fina da materialidade formal, despida de qualquer categorização prévia, que “[...] *on peut émettre l'hypothèse que ces formes marquent une véritable entrée dans la grammaire et dans le système formel de l'énonciation... dans la langue.*” (MORGENSTERN, 2009, p.101).

Agradecimentos

Deixo um agradecimento especial ao GEPPEP (FEUSP), em particular a Suelen Gregatti da Igreja, pelas reflexões em torno da obra de Pommier (1993), e a Jean-Jacques Franckel (Universidade de Paris VII).

ROMERO, M. A possible dialog between the theory of the enunciative operations and the language acquisition: semantical identity and discursive productivity. *Alfa*, Araraquara, v.54, n.02, p.475-503, 2010.

- *ABSTRACT: Based on dialogs established between the concept of “integrative function” of the linguistic unit postulated by Émile Benveniste (1995) and the concepts of “notion” and*

¹⁹ Em De Vogüé (2007, p.49), encontramos um aprofundamento do tema que não nos cabe aqui apresentar. Observemos apenas que, em relação ao nome, o autor coloca que “[il] s’inscrit dans une toute autre logique. [...] en nommant il fait surtout entendre la catégorie de tous les faits auquel il peut s’appliquer et qu’il peut donc nommer. Autrement dit, le nom, en tant qu’il “nomme”, introduit une forme de pluralisation, qui correspond à la classe de tout ce qu’il peut nommer.”

"schematic form", postulated by the Theory of the Enunciative Operations, of Antoine Culioli (1990), we support through this paper that the semantical identity of the linguistic unit has to be searched in the progression of the enunciative process. These dialogs, stimulating a wide reflexion about the essence of the semantical subject of the "word", allow us, giving up on any trace of stability that can exist before the discursive interaction, to progress on the hypothesis on some of the subjects that arise so much interest to the language acquisition area, in particular to the issue of the productivity of the "word-sentence" or the utterances of only one term, that distinguish the first utterances of the child. They make it also possible to reveal, through the concept of "utterance" as a "markers" organization, the speaking creativity of the child, which is related to the very lack of previous grammatical categories attributed to the observed terms on the interactions of the verbal production of the child on his or her first utterances.

- **KEYWORDS:** *Enunciation. Language acquisition. Semantical identity.*

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. Os níveis de análise linguística. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri, revisão de Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995. p.127-140.

CAMUS, R.; DE VOGÜÉ, S. (Ed.). Variation sémantique et syntaxique des unités lexicales: étude de six verbes français. *Linx*, Paris, n.50, p.81-102, 2004.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation*: domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999. v.3.

_____. Ouverture. In: GROUPE INVARIANTS LANGAGIERS DE L'URA 1028. (Org.). *La théorie d'Antoine Culioli*: ouvertures et incidences: actes de la table ronde Opérations de repérage et domaines notionnels. Paris: Ophrys, 1992. p.3-15.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation*: opérations et représentations. Paris: Ophrys, 1990. v.1.

_____. *Notes du séminaire de DEA (1983-1984)*. Paris: Université de Paris VII, 1985.

CULIOLI, A.; NORMAND, C. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris: Ophrys, 2005.

DE VOGÜÉ, S. Qu'est-ce qu'un verbe? In: LEBAUD, D.; PAULIN, C.; PLOOG, K. (Ed.). *Constructions verbales et production de sens*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2007. p. 43-62.

_____. Invariance culiolienne. In: DUCARD, D.; NORMAND, C. *Antoine Culioli*: un homme dans le langage. Paris: Ophrys, 2006a. p.302-331.

_____. Qu'est-ce qu'un verbe? In: LEBAUD, D.; PAULIN, C.; PLOOG, K. (Ed.). *Constructions verbales et production de sens*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2006b. p.43-62.

_____. Syntaxe, référence et identité du verbe filer. *Linx*, Paris, n.50, p.135-167, 2004.

_____. Construction d'une valeur référentielle. Entités, qualités, figures. *Travaux de linguistique du CERLICO*, Rennes, n.12, p.77-106, 1999.

_____. La croisée des chemins: Remarques sur la topologie des relations langue/discours chez Benveniste. *Linx*, Paris, p.145-158, 1997. Numéro spécial.

_____. Culioli après Benveniste: énonciation, langage, intégration. *Linx*, Paris, n.26, p.77-105, 1992.

_____. Des temps et des modes. *Le gré des langues*, Paris, n.6, p.65-91, 1993.

_____. Discret, dense et compact: les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale. *Collection ERA*, Paris, p.1-37, 1989.

DE VOGÜÉ, S.; PAILLARD, D. Identité lexicale et hétérogénéité de la variation co-textuelle: le cas de suivre. In: GUIMIER, C. (Ed.). *Co-textes et calcul du sens*. Caen: Presses Universitaires de Caen, 1997. p.41-62.

DEL RÉ, A. *A criança e a magia da linguagem: um estudo sobre o discurso humorístico*. 2003. 264f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FRANCKEL, J.-J. Sentir/Sens. In: CAMUS, R.; DE VOGÜÉ, S. *Linx*, Paris, n.50, p.103-134, 2004.

_____. (Org.). *Langue Française: le lexique, entre identité et variation*, Paris: Larousse, 2002. n.133

_____. Référence, référenciation et valeurs référentielles. In: NORMAND, C. (Org.). *Sémiotiques*, Paris, n.15, p.61-84, 1998.

FRANCKEL, J.-J.; LEBAUD, D. *Les figures du sujet: a propos des verbes de perception, sentiment, connaissance*. Paris: Ophrys. 1990.

FREUD, S. *La afasia*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973.

MORGENSTERN, A. *L'enfant dans la langue*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2009.

NORMAND, C. Lectures de Benveniste: quelques variantes sur un itinéraire balisé. *Linx*, Paris, p.25-37, 1997. Numéro spécial.

PAILLARD, D. De la reconnaissance. In: DUCARD, D; NORMAND, C. *Antoine Culioli: un homme dans le langage*. Paris: Ophrys, 2006. p.169-183.

POMMIER, G. *Naissance et renaissance de l'écriture*. Paris: PUF, 1993.

ROMERO, M. Gramática operatória e ensino do léxico em língua portuguesa: fundamentos para uma prática reflexiva. *Estudos Linguísticos*, Lisboa, n.5, p.339-352, 2010.

ROMERO-LOPES, M. C. Por uma metodologia reflexiva do ensino/aprendizagem do léxico em língua portuguesa. In. ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M. *Linguagem e línguas naturais*: clivagem entre o enunciado e a enunciação. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009. p.121-140.

_____. Gramática operatória e ensino de línguas. In: REZENDE, L. M.; MASSINI-CAGLIARI, G.; BARBOSA, J. B. (Org.). *O que são língua e linguagem para os linguistas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p.85-99. (Trilhas Linguísticas; 13).

Recebido em março de 2010.

Aprovado em maio de 2010.

